

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
20	10	2020	15h20min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA		127

que entendem sobre essa situação. Então, eu acho que é um debate que tem que ser feito com qualidade.

Nós podemos aprovar aqui algo que vai provocar uma mudança estrutural numa área de licenciamento, não só ambiental, mas também em outras áreas, sem fazermos a devida discussão, inclusive do ponto de vista da audiência pública e dos servidores que entendem da área. Então, eu tenho uma preocupação sobre isso.

A gente sabe que tem passado neste País a boiada antiambientalista. Não estou dizendo que o projeto significa necessariamente isso, mas eu tenho uma série de preocupações técnicas. E, a partir daqui, ao substitutivo que está sendo analisado, meu voto vai ser contrário.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Vou passar a palavra primeiramente ao Relator. Em seguida, passarei para a discussão.

Solicito ao Relator, Deputado Valdelino Barcelos, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO VALDELINO BARCELOS (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre o Projeto de Lei nº 731/2019, de autoria do Deputado Iolando Almeida, que “dispõe sobre a dispensa dos alvarás de localização e funcionamento, sanitário e ambiental para atividades de baixo risco”.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2020	15h20min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	128

Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 731, de 2019, acatamos as Emendas nºs 2 e 3 e rejeitamos a Emenda nº 1 na Comissão de Assuntos Fundiários.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer da CAF.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho pertinente a preocupação dos nobres colegas. Eles têm toda razão. Então, acho que seria prudente, em homenagem a V.Exa., continuarmos assim a votação: votemos em primeiro turno hoje e deixemos para votar em segundo turno na semana que vem. Aí, sim, dá para todos, com afinco, empenharem-se na devida análise da propositura e fazerem as mudanças necessárias. Eu acho que, já que a propositura está aqui há algum tempo, daria tempo hábil para fazermos o devido debate, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra a Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, pegando um pouco o que o Deputado Prof. Reginaldo Veras falou, esse projeto já está na Casa há um bom tempo. Nós, particularmente, tivemos um trabalho intenso de diálogo com o gabinete do Deputado Iolando Almeida. Eu acho que todos

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
20 10 2020	15h20min	SESSÃO REMOTA EXTRAORDINÁRIA	129

nós tivemos tempo para fazer isso. Eu quero reiterar que não se trata de uma inovação. O Brasil avançou no sentido de facilitar a abertura de novos negócios. Nós estamos falando de negócios de baixo risco. Então, já existe uma lei federal. O projeto do Deputado Iolando Almeida é trazer essa perspectiva aprovada no Congresso aqui para o DF. E são atividades de baixo risco, reitero. O próprio Corpo de Bombeiros já se manifestou em relação a este projeto, apresentou uma proposta de emendas. Então, já houve uma discussão.

Então, eu entendo toda a preocupação. Como eu disse sobre a emenda que foi apresentada pelo Corpo de Bombeiros na semana passada, nenhuma das regras estabelecidas, especialmente na legislação ambiental, não devem ser respeitadas. Não é disso que se trata. Trata-se de se adaptar a Lei de Liberdade Econômica, que visa favorecer a abertura de novos negócios. É importante a gente destacar

s/Barcellos.

Paulo

Não é disso que se trata. O que se trata é de adaptar a Lei de Liberdade Econômica, que visa favorecer a abertura de novos negócios. E é importante destacarmos a crise de desemprego que nós estamos atravessando.

Então, eu acho que, neste momento, é importante votarmos o projeto do Deputado Iolando Almeida, porque esse projeto já está há um bom tempo na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

(Pausa.)

Data			Horário Início	Sessão/Reunião		Página
20	10	2020	15h20min	SESSÃO REMOTA	EXTRAORDINÁRIA	130

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu voto contra.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu voto contra também.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registre o meu voto “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 5 votos contrários: Deputado Fábio Felix, Deputado João Cardoso, Deputada Arlete Sampaio, Deputado Leandro Grass e Deputado Chico Vigilante.

Em discussão o Projeto de Lei nº 731/2019 em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o projeto original, que foi protocolado pelo Deputado Iolando Almeida, tratava e buscava tratar especificamente das licenças ambientais, o que, sob meu ponto de vista, já traz uma preocupação, e a gente precisa fazer a discussão.